

LIGA JUBILEU 2000 ANGOLA

LiJuA



CAMPANHA PARA A JUSTIÇA NO COMÉRCIO

Relatório

Luanda - Angola
2005

ÍNDICE

Nota de Agradecimento	2
1. Introdução	3
2. Palestras e Workshop sobre a Justiça no Comércio	3
2.1. Palestra no Bairro Maculusso, Município de Ingombotas, Prov. de Luanda ...	3
2.2. Palestra no Bairro Km9, Município de Viana, Província de Luanda	6
2.3. Workshop no Bairro, Município de Samba, Província de Luanda	9
3. Programa Radiofónico	18
4. Recolha das Assinaturas	22
5. Distribuição de Material de Propaganda da Campanha	22
6. Perspectivas	22
7. Anexos	23
7.1. Abreviações e Siglas	23
7.2. Calendário das Actividades Programadas no âmbito da Campanha	24
7.3. Contactos da LiJuA	25
7.4. Fotografias	26

Nota de Agradecimento.

A realização deste workshop tornou-se uma realidade graça ao patrocínio da Christian Aid - UK e Ireland, a que dirigimos os nossos sinceros agradecimentos.

E um muito obrigado a todos os facilitadores, moderadores e organizadores cuja contribuição garantiu o êxito desta empreitada, primeiro exercício deste género em Angola no tocante a mobilização dos actores não estatais em torno da Campanha sobre a Justiça no Comércio.

1. INTRODUÇÃO.

Com a participação de um representante seu no Encontro Internacional da Campanha sobre o Comércio realizado no mês de Novembro de 2003 em Nova Deli/Índia que teve na origem da convocação para uma Semana de Acção Global, a Liga LiJuA já se viu, desde aquela altura, comprometida com a respectiva iniciativa.

Nesta perspectiva, elaborou-se um calendário de actividades (em anexo) tomando em consideração as propostas formuladas pelas organizações suas parceiras.

Neste âmbito foram realizadas, até à data da elaboração do presente relatório, as seguintes actividades:

- 1.º Palestras e Workshop sobre a Justiça no Comércio;
- 2.º Programa radiofónico;
- 3.º Recolha de assinaturas;
- 4.º Distribuição de material de propaganda para a campanha.

II. PALESTRAS E WORKSHOP SOBRE “A JUSTIÇA NO COMÉRCIO”.

Foram realizadas três (3) palestras subordinadas ao tema “Justiça no Comércio” em três bairros de três municípios de Luanda com a participação de mais de três centenas de pessoas de ambo sexo, diferente idade e categoria profissional. As respectivas palestras forma animadas pelos preletores selecionados pelas organizações promotores dos respectivos eventos.

2.1 PALESTRA NO BAIRRO MACULUSSO, MUNICÍPIO DE INGOMBOTAS.

Organização organizadora: Associação Kassules de Maculusso (AKM)
Responsável pela organização: Sra. Sebastiana Neto
Directora Executiva da AKM

Orador Principal: Professor João Baptista Lukombo Nzatzola
Membro do Grupo de Trabalho da Pobreza e
Programas Alternativos de Desenvolvimento.

Local: Centro Escolar da Sede da Associação Kassules de Maculso
Bairro de Maculusso
Município de Ingombotas
Província de Luanda

No âmbito da jornada global da Semana Global sobre a Justiça no Comércio, realizou-se no dia 14 de Abril de 2005, na sede da Associação Kassules do Maculusso (AKM), com uma assistência de 75 pessoas, com idades compreendidas entre 16 aos 50 anos de idade e praticamente de várias actividades sócio- económicas nos arredores dos Municípios de Ingombota e Rangel, uma palestra sobre o tema *“Impacto dos acordos regionais do comercio livre e nível de vida da populações”*.

A referida palestra teve como orador o **Sr. Dr. JBL Nzatuzola**, membro do Jubileu 2000 e Professor do ISCED de Luanda.

2.1.1 Nota introdutiva

As relações económicas internacionais no que diz respeito as trocas comerciais entre os países ocidentais do Norte (Europa e América do Norte) e os do hemisfério sul (África América latina e Ásia) são caracterizadas por um relacionamento de desigualdade. Os países do sul são na maioria produtores de matérias primas brutas em recursos naturais de origem mineral ou agrícola (petróleo, diamantes, café, algodão, cação, urânio) etc. Os países do norte são na maioria principais compradores e dispõem do domínio da tecnologia para a transformação destes produtos. O facto de dispor desta posição lhes permite ter maior protagonismo e uma relativa posição de força nas organizações internacionais como nas negociações vocacionadas nesta matéria. (OMC, CNUCED, GATT etc) ; daí conseguem impor as regras de jogos em detrimento dos países do sul.

2.1.2 Objectivos do encontro

Explicar aos participantes quais são estes países do Norte que impõem as regras de jogos aos países produtores de matérias primas do Sul? Quais são os mecanismos de funcionamento deste tipo de comercio? Quais são os actores, as políticas, as instituições e organizações internacionais intervenientes? De que maneira as populações de sul devem organizarem-se para melhor defender os seus interesses? Qual é o papel do movimento social neste assunto em prol das comunidades e grupos vulneráveis?

2.1.3 Categoria de participantes

A reunião contou com uma presença razoável de membros da organização AKM e outros jovens rapazes, mulheres, raparigas entre vendedores(as) ambulantes, lavadores de carros, engraxadores de sapatos, zungueiras e kinguilas. Esta diversidade de categorias de membros foi um bom indicador para ter uma certa ideia da forma como a iniciativa suscitou interesse aos participantes.

2.1.4 Observações e percepção

A maioria dos membros participantes não sabe como se caracteriza os mecanismos de funcionamento do sistema mundial do comercio entre os países do norte e do sul; nem tão pouco entende as regras de jogos, os actores e instituições intervenientes.

Foi necessário um grande exercício pedagógico para se encontrar uma linguagem e um discurso acessível para todos e tentar estabelecer um diálogo e não defraudar as expectativas em torno do entusiasmo manifestado.

Em quase todas as preocupações colocados e perguntas feitas, foi nítida a tendência em levantar questões que se prendem com a vida do dia dia; desemprego, falta de oportunidades de negócios, repressão dos fiscais, criação de novas praças

Os oradores eram tidos como se fossem os apresentadores de soluções para interceder junto das autoridades para encontrar forma de ultrapassar as dificuldades e queixas expressas.

2.1.5 Recomendações

Programar e planificar de uma forma periódica estes tipos de encontros
Informar com antecedência as diversas categorias envolvidas da agenda dos encontros.

Implicar e associar forma de activa algumas entidades municipais a esta iniciativa e actividades; delegação municipal de comercio, delegação municipal de juventude, delegação da família e mulher, delegação dos assuntos comunitários e praças; delegação municipais das finanças impostos cobranças; governo provincial de Luanda ou seu representante municipal afecto aos fiscais e outros agentes de controlo em matéria.

Dentro da disponibilidade convidar outras associações e ONG' s a nível municipal que tenham mesmos objectivos.

2.1.6 Comentários da moderadora da palestra , a Sra. Sebastiana Neto.

Criou-se um ambiente de a vontade que permitiu o envolvimento dos participantes tornando assim a palestra num debate aberto, onde como sempre apareceram os que aproveitaram encontrar respostas sobre algumas inquietações antigas mesmo fora do tema.

Dentre várias perguntas nós ressaltamos as seguintes.

- O que é que o governo está a fazer, com o espaço do antigo mercado da estalagem?
- O porque das corridas feitas pelos fiscais, aos vendedores ambulantes?
- Quando é que haverá emprego para todos, principalmente para os jovens?
- As mães principalmente mostraram a sua preocupação relacionada com a falta de escolas estatais, o que lhes leva a gastar o pouco que ganham nos negócios, a pagar as escolas privadas.

2.1.7. Perfil dos Participantes

N.º	Categoria	Número
1.	Vendedores ambulantes	30
2.	Kinguilas	20
3.	Vendedores à porta de casa	10
4.	Engraxadores de sapatos	05
	Total	65

2.1.8 Constrangimentos

É de notar que a ausência de outros membros do Jubileu no evento privou a oportunidade de dar um maior impacto à palestra.

A falta de material de propaganda, como brochuras, etc.

2.2 PALESTRA NO BAIRRO KM-9, MUNICÍPIO DE VIANA.

Organização organizadora: Associação Samuel Brace Colis.

Responsável pela organização: Pastor Adelino Manuel Chilundulo
Presidente da ASBC

Orador Principal: Benjamim A. Castello
Coordenador do Grupo de Trabalho da Pobreza e
Programas Alternativos de Desenvolvimento.

Orador assistente: João José Gregório
Coordenador -adjunto do Grupo de Trabalho da
Dívida e Transparência

Local: Escola do Centro da ASBC
Bairro de Km9
Município de Viana
Província de Luanda

2.2.1 - INTRODUÇÃO:

Dia 16 de Abril de 2005 numa das Salas da escola Rev. Samuel Brace Coles, foi realizada a Palestra com o tema - O Comércio Justo - no âmbito das actividades de campanha alusivas à Semana de Acção Global Sobre a Justiça no Comércio. A Palestra foi presidida pelo Sr. Eng.º. Benjamim Castello, coordenador do programa de combate à pobreza da Organização Jubileu 2000 - Angola, acompanhado do Sr. Gregório (membro do Jubileu 2000). Destacamos ainda na mesa a presença do Sr. Adelino Manuel Chilundulo, Secretário executivo da organização anfitriã (ASBC).

Inicialmente prevista para às 13 horas, a palestra só começou uma hora e meia mais tarde, por motivos alheios à vontade do palestrante. Este factor diminuiu consideravelmente a massa mobilizada para o evento, pois aos sábados, a maioria da população neste bairro reserva a tarde para actividades religiosas.

Esta barreira, não conseguiu, no entanto, vencer a forte expectativa e vontade de um total de 61(sessenta e um) participantes entre jovens, adultos e alguns adolescentes, que abarrotaram completamente a sala.

2.2.2 - DESENVOLVIMENTO:

Com métodos simples e acima de tudo didáticos, o palestrante procurou enquadrar o tema à realidade dos palestrados, dirigindo perguntas relacionadas com situações concretas que vivemos e com as quais lidamos directa ou indirectamente todos os dias. Este método além de deixar os participantes mais a vontade, enquadrou todos no tema que estava a ser abordado.

De uma forma esquemática, fez transparecer a estrita conexão entre a pobreza e a falta de justiça no comércio, ou seja “a pobreza como efeito de um comércio desequilibrado”. Considerou o comércio injusto causa do grande abismo que hoje sobretudo nos países do terceiro mundo separa os pobres cada vez mais pobres dos ricos que multiplicam as suas riquezas cada dia em prejuízo dos pobres.

Salientou ainda que os problemas sociais que Angola vive, como o difícil acesso aos serviços básicos de saúde, à água potável e uma educação bastante fragilizada, constituem um verdadeiro reflexo da falta de equidade e equilíbrio no comércio. O problema do lixo que assola a cidade de Luanda nos últimos anos, foi bastante referenciado como consequência da pobreza. Apelou ser este um problema que não cabe somente aos governantes dar solução mas a todos nós. Lamentou no entanto o facto de muitos governantes não interpretarem correctamente este e tantos outros como o dos vendedores ambulantes (Zungueiros), o que os leva muitas vezes e sem êxitos a tentarem acabar com eles atacando os efeitos ao invés das causas.

Apelou aos presentes e à sociedade civil em geral a desfazerem-se da inércia diante de todos os seus problemas, bem como a criarem referências na vida, isto é a terem “sonhos”, pois reflectiu que o governante de amanhã é o cidadão comum de hoje, e este não pode deixar as coisas acontecerem, deve sim é fazer elas acontecerem. Para tal a mudança de comportamento e de atitudes e uma maior participação nos problemas que nos dizem respeito.

2.2.3 - CONCLUSÃO:

Usando da sua experiência de vida noutros países, quer de África como de outros continentes, o palestrante soube sempre que se revelou necessário, fazer comparações que poderiam servir de exemplo para solucionar certos problemas que Angola ainda enfrenta. O forte interesse que o tema despertou nos participantes, procurando aprofundar mais conhecimentos sobre o tema em análise, noutros temas suscitados pelo orador bem como algumas curiosidades sobre a Organização Jubileu 2000 – Angola, inspiraram os presentes a manifestar vontade de actividades do género serem contínuas, avançando mesmo a proposta de uma próxima actividade na 2ª quinzena do mês de Maio.

Já na fase final deu-se mais espaço às preocupações dos participantes, que pontualmente foram satisfeitas pelo palestrante. Apelou à criatividade de cada um, e ao associativismo para solução dos problemas que hoje nos afectam. Chamou atenção aos

presentes para um forte empenho nesta campanha a favor de um comércio mais justo nas suas comunidades visando a equidade e o equilíbrio no seio das sociedades hodiernas.

A distribuição de panfletos com informações sobre a Semana de Acção Global sobre a Justiça no Comércio e sobre a Organização Jubileu 2000 - Angola, a apresentação do formulário para recolha de assinaturas de quantos apoiam a ideia do *“comércio para o povo e não o povo para o comércio”*, constituíram o desfecho da palestra.

O lanche de confraternização, cujo relatório financeiro anexamos, deu fecho à actividade, quando o relógio marcava 16 horas e 30 minutos.

2.2.4 LISTA DE PARTICIPANTES.

Nº	NOMES	OCUPAÇÃO	CONTACTOS
01.	Adão Inácio Calombe	Estudante	
02.	Albertina Dionisia Canjanga	Estudante	923 66 72 89
03.	Anolenes C. Victor	Estudante	923 33 01 20
04.	Arsénio Rafael da Cruz	Estudante	923 21 19 88
05.	Bartolomeu K. Albino	Estudante	912 61 71 89
06.	Berdeth Chilombo	Estudante	923 23 74 02
07.	Bitá Maria Fernandes	Estudante	923 35 75 74
08.	Carlos de Oliveira Domingos	Estudante	923 71 30 78
09.	Carlos Manuel Ngunga	Estudante	912 36 13 81
10.	Catarina Calunga Manuel	Estudante	912 65 74 13
11.	Catarina Isequiel	Estudante	923 20 96 80
12.	Conceição José M. António	Estudante	912 30 31 37
13.	Conceição Ngingo Dinis	Estudante	923 35 42 05
14.	Doritson A Baião	Estudante	923 54 38 60
15.	Eduardo Júnior Chilopa	Estudante	912 44 18 11
16.	Edvaldo Pedro João Petrok	Estudante	923 31 91 75
17.	Engrácia Adão André	Estudante	
18.	Esmeralda Ydanda	Estudante	
19.	Esperança João	Estudante	923 88 66 08
20.	Etevina Isabel	Estudante	
21.	Eufrásia Graciete	Estudante	923 23 62 85
22.	Fátima D. João	Estudante	923 53 44 76
23.	Fernando Caxindo	Estudante	
24.	Gracimda Tomás Damba	Estudante	924 82 85 85
25.	Helena Fernando Silveira	Estudante	61 78 50
26.	Igildo A Macongo	Estudante	923 64 09 26
27.	Iraselma Agosto	Estudante	923 2374 02
28.	Isabel Mariano João	Estudante	923 20 96 80
29.	Isabel Priscila Guyoca	Estudante	923 46 59 98
30.	Ivone Alfredo Cassossuela	Estudante	912 52 22 75
31.	Jasuny Colho da Fonseca	Estudante	912 30 09 56
32.	Joana Francisco	Estudante	923 52 37 78
33.	Joana Francisco Joaquim	Estudante	923 97 79 29

34.	João Mateus Domingos	Estudante	
35.	João Samuel Penda	Estudante	
36.	Jock E. N. Moisés	Estudante	
37.	Jorge Manuel A Neto	Assistente	923 69 48 80
38.	Justino Domingos Agostinho	Estudante	
39.	M. Santos José	Estudante	912 32 26 25
40.	Madalena Fernando Augusto	Estudante	923 36 00 43
41.	Majama S. N. Koyombo	Estudante	
42.	Makumu João Kuni	Estudante	923 41 89 07
43.	Manuel do Rosário Buda Francisco	Estudante	923 34 55 31
44.	Marcelina Bento Manuel	Estudante	923 48 11 36
45.	Maria de Castro	Estudante	924 44 54
46.	Maria de Lurdes J. Agostinho	Estudante	923 82 71 11
47.	Maria Francisco Gomes	Estudante	
48.	Maria Isabel G. Esteves	Estudante	923 30 76 10
49.	Maria Pais Graciano	Estudante	923 52 37 78
50.	Mauro Furtuna	Estudante	923 51 92 12
51.	Miria da Costa Barros	Estudante	
52.	Olávio A Francisco	Estudante	923 34 65 91
53.	Pascual M. Gomes	Estudante/Trabalhador	
54.	Paula Rosa	Estudante	923 29 31 70
55.	Rita Salvador Gomes	Estudante	923 25 10 09
56.	Rosa Alfonsina	Estudante	
57.	Rosa Florinda	Estudante	
58.	Rufino M. Avelino	Estudante	923 52 28 69
59.	Simão Mateus	Aluno	
60.	Sofia Carolina G. Neto	Estudante	
61.	Sousa António Bernardo	Estudante	923 94 92 80
62.	Tânia Francisca Marais	Estudante	923 25 78 90
63.	Tatiana Luis Francisco	Estudante	923 15 87 52
64.	Teresa João António	Estudante	923 47 13 53

2.3 WORKSHOP NO BAIRRO , MUNICÍPIO DA SAMBA.

Organização organizadora: Acção Angolana de Apoio às Víuvas (ANGOAVI)
Responsável pela organização: Sr. Benjamim Faustino Matangui
 Director Executivo da ANGOAVI

Local: Escola 17 de Setembro.
 Bairro de
 Município da Samba
 Província de Luanda

PARTICIPANTES : 28 Membros dos Sectores Chaves no processo de
 Desenvolvimento do Município da Samba, Província de Luanda

2.3.1 PROGRAMA DO WORKSHOP

N.º	PERÍODO	ACTIVIDADES
01.	9H00 - 10H00	1- Apresentação individual 2- Apresentação dos Objectivos 3- Aprovação do Roteiro do dia 4- Construção de regras de convivência
02.	10H00 - 10H15	- Lanche
03.	10H15 - 13H00	1- Comércio livre 2- Justiça no Comércio
04.	13H00 - 14H00	- Almoço
05.	14H00 - 16H00	1- Justiça no Comercio no Mundo 2- A Bíblia e a Justiça no Comércio
06.	16H00 - 16H30	1- Avaliação 2- Encerramento

2.3.2 OBJECTIVOS DO WORKSHOP

Objectivo Geral:

Contribuir na mudança de vida de milhões de pessoas mais pobres no Mundo

Objectivo Específico:

Envolver os Sectores chaves do município da Samba na luta contra a pobreza provocada pelo comercio livre.

2.3.3 REGRAS DE CONVIVÊNCIA

- 1- Respeitar o horário da agenda
- 2- Disciplina
- 3- Silêncio
- 4- Organização
- 5- Respeitar a opinião de outros
- 6- Manter os telemóveis em vibração
- 7- Participação
- 8- Não exceder o tempo de intervenção mais de 3 minutos.
- 9- Não monopolizar o debate
- 10- Pedir autorização para intervir

2.3.4 DESENVOLVIMENTO

O que é o comércio livre?

Chuvas de ideias/ Participantes:

- Comercio das praças paralelas
- Não tem vínculo Governamental
- Comércio privado
- Tem vínculo com economia do mercado

- Troca de bens no mercado informal
- Comércio que obedece regras do governo

Contribuição do Facilitador:

- Abertura de empresas estrangeiras para importações
- Redução do estado no envolvimento da economia.

Quais são as consequências do comércio livre?

GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III
1. Inflação; 2. Redução do desenvolvimento da economia; 3. Fuga dos impostos; 4. Não há cumprimento das leis do estado.	1. Aumento da inflação; 2. Descentralização da economia no país; 3. Desajustamento salarial; 4. Aumento de postos de trabalho; 5. Deficiência no controlo da exploração dos recursos naturais/humanos; 6. Livre exercício do comércio	1. Cria poucos postos de trabalho; 2. Provoca maior sacrifício por parte do trabalhador; 3. Provoca várias epidemias, pois que consome-se muitos produtos expirados; 4. Preços altos dos produtos; 5. Porta de entrada e busca de cidadania Angolana; 6. Fiscalização não transparente; 7. Fuga de divisas

Contribuição do facilitador:

Aumento da pobreza!

São raras as vezes que o livre comércio reduziu a pobreza. Porém, os países ricos ainda insistem em impor políticas de livre comércio aos países pobres, ao mesmo tempo que recusam a implementação de livre comércio em seus próprios países.

O mundo se enriquece e os pobres devem também se enriquecer. Mas o que acontece é que, os ricos estão ficando cada vez mais ricos e milhões de pessoas pobres continuam na miséria. As Instituições, condições e regras do comércio internacional estão a forçar o livre comércio e a privatização nos países pobres (*mas não nos países ricos*). É isso, mais do que qualquer outro factor, de manter a pobreza.

O livre comércio não é sempre errado. Às vezes, pode ser positivo abrir um determinado sector da economia à concorrência. Porém não há muita evidência de que forçar os países pobres a adoptarem o livre comércio lhe ajuda a acabar com a pobreza.

Os países como **Haiti, Nepal, Mali, Zambia e Peru** são incentivados a abrir seus mercados às empresas estrangeiras e para as importações, e reduzir o envolvimento do estado na economia, isso não tem reduzido certamente a pobreza.

Ameaças!

Durante anos, os países ricos e as instituições internacionais que eles controlam, como a *Organização Mundial do Comércio - OMC, O Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial*, tem, discretamente, forçado os países pobres a seguir seus conselhos económicos. Por meio de uma mistura de persuasão, ameaças, aborrecimentos e condicionamentos anexados aos empréstimos e a ajuda de cooperação, os países pobres estão sendo forçados a abrir seus mercados a concorrência estrangeira, a parar de ajudar os seus produtores desprotegidos e a privatizar os serviços essenciais.

Dois pesos e duas medidas!

Os países ricos frequentemente enfatizam que eles apoiam o livre comércio. Eles dizem que o livre comércio reduz a pobreza. Porém, e apesar desta retórica, os países ricos têm tendência de só seguir seus próprios conselhos quando tem certeza que isso vai beneficiá-los. Então, enquanto eles exigem que os países pobres eliminem todas as barreiras comerciais e privatizem seus serviços básicos, os países ricos continuam a subsidiar e proteger suas próprias indústrias e agricultores.

Essa hipocrisia é mais clara na agricultura. Os agricultores ricos do Norte recebem centenas de milhões de dólares em subsídios governamentais a cada ano, que são usados para reduzir o preço dos produtos exportados. Essas exportações inundam os mercados dos países pobres e destroem os meios de vida de milhões de agricultores pobres.

Com base nisto, o **Papa Paulo VI** dizia que *“Sistema comercial internacional foi montado para responder às suas próprias necessidades. Esse sistema ignora as necessidades dos pobres”*.

A destruição de vidas!

Fundamentalmente, o comércio não é uma questão económica, é uma questão humana. Afecta a vida e os meios de vida das pessoas pobres no mundo inteiro todos os dias.

Por exemplos:

1- O arroz no Haiti.

Muracin Claircin é um exemplo entre milhares de agricultores de arroz que perderam seu meio de vida na inundação de importações baratas Americanas. Em troca de dinheiro no Banco Mundial e do FMI, o governo do **Haiti** teve que eliminar todas as barreiras às importações. Em 1995, a tarifa alfandegária de arroz foi cortada para somente três por cento, deixando os agricultores Haitianos sem chances a de concorrem com os agricultores subsidiados dos **Estados Unidos**. **E o povo reclama!** *“ Eu não podia mais sustentar a minha família”*.

2- A água em Ghana.

Hawa vive no capital, mas tem pouco acesso a água. E o preço de água continua a aumentando, porque o Banco Mundial e o FMI insistem na privatização da água em troca de ajuda de cooperação. O preço foi aumentado para atrair o investimento privado. Porém, essas empresas privadas não têm obrigação de investir nas áreas mais pobres. E o povo se interroga! “ *as vezes, não como. Assim, meus netos podem beber água?*”

O que devemos fazer para contrapor ou prevenir o Comércio livre?/ Medidas.

GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III
<ol style="list-style-type: none">1. Organizar e apoiar o empresariado nacional;2. Aumentar as taxas alfandegárias;3. Apostar na agricultura nacional;4. Programas de micro - créditos para os camponeses e comerciantes;5. Aumento da produção nacional;6. Diminuir o investimento estrangeiro	<ol style="list-style-type: none">1. Aumento da produção nacional e sua valorização;2. Eficiência na fiscalização das empresas;3. Seleção dos produtos a serem importados;4. Aumento de indústrias transformadoras;5. Maior cuidado na celebração de contratos	<ol style="list-style-type: none">1. O Estado deve dar crédito ao empresariado nacional;2. O estado deve criar boas políticas sobre o comércio interno e externo;3. Consciencializar a fiscalização no exercício da sua funções;4. Denunciar os actos de corrupção

O que é a justiça no comércio?

GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III
<ol style="list-style-type: none">1. Manter o comércio equitativamente;2. Manter o equilíbrio entre a moeda nacional e estrangeira;3. Incentivar o empresarial nacional e estrangeira a depositar as receitas nos bancos locais	<ol style="list-style-type: none">1. Igualdade de oportunidade;2. Fixação de preços;3. Justiça salarial;4. Cumprimento das leis económicas;5. Punir os infractores	<ol style="list-style-type: none">1. Maior atenção e valorização nos produtos nacionais;2. Criar formas de fazer comércio com base a lei com justiça;3. Fácil acesso aos produtos a classe camponesa;4. escoamento dos produtos do campo para cidade

Contribuição do Facilitador:

1- O direito de escolher as políticas comerciais.

Os pobres têm o direito de se beneficiarem do comércio. Os países pobres deveriam escolher políticas econômicas, incluindo comerciais, que reduzissem a pobreza. Eles precisariam ter a liberdade de apoiar e proteger seus empreendimentos e comerciantes desprotegidos da forma que mais conviesse a eles. Essas políticas não deveriam ser baseadas nos conselhos dos ricos. Deveriam ser decididas pelas comunidades afetadas, com base em evidências e experiências e deveriam ser apropriadas pelo contexto local.

A Justiça no comércio é assim - os Governos escolhendo e formulando suas próprias políticas comerciais no sentido de reduzir a pobreza.

Exemplo:

1- Nenhum país ficou rico sem longos períodos de ajuda e proteção concedidos aos seus empreendimentos e comerciantes vulneráveis, até ficarem suficientemente fortes para competir. Porém, as regras e as instituições do comércio Mundial hoje em dia, não dão esses direitos aos Governos dos países pobres, apesar de que os setores e empreendimentos mais bem-sucedidos nos países, atualmente, hoje em dia são aqueles que têm usado políticas comerciais flexíveis e gerenciadas.

2- Muitos países do *Leste da Ásia* reduziram a pobreza por intervenção estratégica Governamental no comércio, além da concorrência do livre mercado. Isso foi o caso da *Coreia do Sul* nos anos 60 e 70.

3- **Honduras**- Em 2003, sob pressão dos arroseiros e das indústrias de beneficiamento locais, o Governo aumentou a tarifa do arroz processado importado. Eles também fizeram um acordo que diz que os beneficiadores locais têm de comprar arroz cultivado localmente antes de arroz importado. Os agricultores locais em Honduras começaram plantar arroz de novo e os consumidores não têm enfrentado aumento no preço do arroz.

4- **Ilhas Maurícias**- As Ilhas Maurícias conseguiram crescer economicamente e reduzir a pobreza. Em 1975 e 1999, a média do crescimento da per capita foi 4,2%, as desigualdades de renda caíram e a expectativa de vida aumentou uns dez anos. O FMI classificou Maurício entre os países mais protegidos do Mundo nos anos 90. A chave do sucesso foi a política comercial que incentivou os exportadores e protegeu a força doméstica de trabalho de concorrência.

A forma que a OMC funciona é como colocar um adulto e uma criança num ringue de boxe. A OMC supõe que são iguais - mas não são. A OMC deve ajudar os países a ficarem mais iguais,

Por isso, o *Martin Kor, Third world Network* dizia "Queremos regras. Mais queremos regras Justas"

O que a Justiça no Comércio significa no Mundo?

Contribuição do Facilitador:

Não há uma solução única apropriada para todos os países.

Envolverá mudanças nas políticas dos Governos dos países ricos. Esses Governos certamente terão de eliminar os subsídios que dão para seus agricultores, subsídios que são usados para reduzir o preço de produtos exportados, que inundam os mercados dos países pobres.

Também significará dar aos Governos dos países pobres o direito de intervir no sentido de usar o comércio para reduzir a pobreza.

As campanhas pela justiça no comércio acreditam que os Governos dos países pobres deveriam ter os seguintes direitos:

- 1- **O direito de proteger** agricultores pobres e desprotegidos das importações baratas que destroem seus meios de vida.
- 2- **O direito de proteger** indústrias nascentes da concorrência até que elas fiquem suficientemente fortes para competir.
- 3- **O direito de subsidiar** os custos dos insumos agrícolas e da assessoria técnica.
- 4- **O direito de apoiar** as empresas locais por meio da concessão de contratos para o fornecimento às repartições Governamentais, escolas, hospitais, etc.
- 5- **O direito de regular** os investimentos das empresas transnacionais, de insistir que elas comprem materiais localmente, montem as suas instalações em áreas pobres e capacitem a população local.
- 6- **O direito de regular** os preços para garantir estabilidade para os produtores e consumidores.
- 7- **O direito de escolher** os melhor meios de fornecer serviços essenciais aos pobres, incluindo a opção de mantê-los sob controle público.
- 8- **O direito de limitar** a exportação de matérias primas para impulsionar o beneficiamento delas pelas empresas locais no sentido de agregar valor às exportações do país.
- 9- **O direito de apoiar** a distribuição de insumos agrícolas e a coleta de produtos agrícolas nas áreas onde não existem mercados ou não funcionam devidamente.
- 10- **O direito de fornecer** créditos em termos preferenciais aos produtores para ajudá-los a investir e a crescer.

Como vamos fazer?

GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III
1. Promover palestras e debates nas empresas estatais, privadas, ONGs, associações e as comissões de moradores dos bairros	1. Procurar estabelecer igualdade social; 2. Acesso a informação o comércio; 3. Participação da sociedade civil na elaboração e implementação das políticas comerciais; 4. Fiscalização transparente	1. Livre expressão na divulgação desse tema à vários níveis estatais assim com privadas, a sociedade civil, Igrejas e ONGs

Qual é a relação entre a Bíblia e a justiça comercial?

GRUPO I	GRUPO II	GRUPO III
1- A Bíblia orienta as pessoas a praticarem a justiça; 2- Igualdade social; 3- A Bíblia recomenda a distribuição equitativa dos recursos; 4- Amor ao próximo; 5- Quem tem muito dá ao que não tem	1. A Bíblia exige comércio lícito e justo nos lugares autorizados	1. Segundo a Bíblia, nos ensina amar o próximo, honestidade e solidariedade; 2. Não cobiçaras coisas alheias; 3. Apoiar os necessitados

Contribuição do Facilitador:

A Bíblia e a justiça comercial:

A Bíblia está repleta de exemplos de injustiça que são como que a discrição perfeita do comércio internacional de hoje. Por outro lado, estes exemplos também estão acompanhados por uma visão de justiça. A visão Bíblica na actividade económica, incluindo o comércio de bens e serviços, implica tomar o partido dos pobres; pagamento justo, relações transparentes, sem exploração, com respeito pela vida e a garantia de assistência para viúvas, crianças e forasteiros.

Essa visão não pode ser reduzida a uma mera igualdade de oportunidades para todos os indivíduos competirem entre si. Esse tipo de igualdade somente tem ajudado os ricos e poderosos a ganhar mais poder e maior participação nos recursos naturais do Mundo, criando elites de poder que oprimem e exploram os outros.

Ao invés, precisamos reivindicar regras que favoreçam especificamente os pobres.

A nossa inspiração são os profetas do Antigo Testamento, que questionaram as injustiças da sociedade e do comércio internacional, Usando o conceito de rectidão eles demandaram que o comércio fosse um instrumento para se trabalhar em prol de uma sociedade sustentável, participativa e justa, com protecção especial para os mais pobres. **Ezequiel e Isaías** levantaram sua voz contra a antiga cidade de **Tiro** quando os pobres passaram fome, sendo explorados pelos ricos. Amos 8: 4-6 pronuncia o juízo sobre Israel por negligenciar os pobres e por causa da injustiça em seu sistema comercial. Amos 5: 21-24 diz a eles, assim como a nos, o que, ao invés e necessário.

Inseridos nesta tradição, a concepção de justiça tanto do antigo quanto do novo Testamento nos leva a agir no sentido de tomar partido dos pobres e oprimidos. Nossa resposta tem que ser apoiar os pobres e agir em solidariedade com eles.

Vejam também Levítico 25, 8.-55; Deuteronomio 15, 1-12; Ezequiel 28, 3-18; Isaías 23, 1-17; Joel 3, 5; Lucas 1, 51-53, 4, 18; 5, 20-25, 18, 24; Tiago 2, 1-7, 4, 13-5, 6

Quais são as contribuições da religião no comércio?

Chuva de Ideias/ Participantes:

- 1- Consciencializar os líderes das Igrejas para a promoção da justiça no comércio
- 2- Os líderes os eclesiais devem influenciar os políticos
- 3- Promover campanhas sobre justiça no comércio
- 4- Líderes serem porta voz das comunidades

2.3.4 RECOMENDAÇÕES:

1. *Promover palestras e debates sobre a justiça no Comércio nas empresas estatais e privadas, nas Associações Comunitárias e Comissões de moradores de Bairros a nível do Município e não só;*
2. *Divulgar este tema à vários Sectores estatais, privados, assim como Igrejas e ONGs;*
3. *Consciencializar os Líderes das Igrejas para a promoção da justiça no comércio;*
4. *Prover actividades que permite o envolvimento da sociedade civil na elaboração e implementação das políticas comerciais do país junto do Governo;*
5. *Promover as actividades semelhantes a outros Municípios da Província de Luanda.*

2.3.5 AVALIAÇÃO DO DIA

O QUE FOI BOM	O QUE NÃO FOI BOM
<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação activa; 2. Como decorreram os trabalhos; 3. Boa compreensão sobre a justiça no comércio; 4. Almoço; 5. Visão sobre a pobreza; 6. Mais luzes sobre a pobreza; 7. Visão sobre OMC, FMI e BM; 8. Diferença entre justiça e injustiça; 9. Moderação dos temas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incumprimento de algumas regras de convivência; 2. Pouca presença; 3. Atraso da chegada dos participantes

2.3.6 RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES:

N.º	NOME	Instituição	Contacto
01.	Luís António Kimbanza	IFEPAA-Bom Deus	912 358 557
02.	Mari Luisa Dorcas	IFEPAA-Bom Deus	
03.	Faustino Cateco	Escola nº 115	912 414 563
04.	Ana António Domingos	Edel - EP	912 319 357
05.	Florentina Lemba Arão	MINARS	923 259 657
06.	António Pedro Cunha	Edel	923 824 124
07.	Lopes Xingani	Saúde Samba	923 422 796
08.	Lília Lissapa Cassengue	MIFAMU Samba	923 413 822
09.	Eduardo Artur	Igreja Católica (Cogeral)	912 316 015
10.	Hernani Garcia José Cabita		923 509 267
11.	Sabina Vihemba		
12.	Ferreira Daniel António	C S Kinanga	923 726 821
13.	Victor Soares	MAPESS	912 406 725
14.	Ferraz Manuel	OGSTADA	923 538 034
15.	Carlos Alberto Chamolda	Antigos Combatentes	921 615 306
16.	Isabel Guimaraes	MAPESS	912 417 588
17.	Maria Chifica	Antigos Combantentes	912 609 413
18.	Malengue Inês Pedro	C.S. Kinamga	923 565 515
19.	Domingos Magalhães	MIFAMU Samba	923 335 518
20.	Mbela M. Pascoal	OGSTADA	
21.	Dr. Daniel Sabi	OGSTADA	923 538 034
22.	Ezequiel Bunga B: Nicolau	ANGOAVI	923 625 910
23.	Esteves Bula	ANGOAVI	923 315 340
24.	Celestino Taca	ANGOAVI	923 45 2 329
25.	Evaristo L. Mpanzo	ANGOAVI	
26.	Benjamim F. Matangui		
27.	Alexandre Samuel	ANGOAVI	
28.	Felismina Faustino		

III. PROGRAMA RADIOFÓNICO.

Fazendo coincidir a actividade com o dia da Campanha Global sobre o Comércio, , realizou-se no dia 16 de Abril de 2005, das 10H00 às 12H30, na Rádio Ecclésia em Luanda, em parceira com a equipe do programa “**Debate Informativo**”, um debate sobre o tema “**Com que linhas deve coser-se a Justiça Social em Angola de Hoje?**”, no qual foram convidados para participar representantes de partidos políticos e da sociedade civil. Estiveram presentes em representação dos partidos políticos, o senhor Isaias Celestino Chitombi, Secretário para a Reinserção Social da “UNITA¹”, para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), os senhores Manuel Pinheiro do AMC² e

¹ UNITA: União Nacional para Libertação Total de Angola (Oposição parlamentar más participe no Governo de Unidade Nacional – GURN).

² AMC: Amplo Movimento do Cidadão.

Benjamim Castello, Presidente da Direcção Executiva da Liga Jubileu 2000 Angola (LiJuA) e para imprensa privada, o senhor William Tonet, Director do Bi-semanário "Folha 8". Apesar de ter sido convidado antepadamente, o representante do MPLA³ por razões desconhecidas por nós até à altura da elaboração do presente relatório.

O debate, em direito, foi muito aceso em torno das políticas sociais, sobre o impacto do comércio no cotidiano do cidadão e sobre as políticas de reinserção socio-económicas tanto dos desmobilizados e desolcados de guerra bem como dos ex-refugiados em consequência da guerra que assoulou Angola desde da sua independência e de forma mais acentuada depois das eleições multipartodárias de 1992.

Participaram também no programa telefonando para a emissora, mais de uma dezena de ouvintes.

NOTA INTRODUTORA DA LIJUA NO INÍCIO DO DEBATE RADIOFÓNICO.

A. Introdução

Para o Jubileu o conceito de justiça social significa a busca constante dum equilíbrio entre as diversas camadas que compõem a sociedade. Este equilíbrio quer dizer um esforço para redução das desigualdades.

Isto implica em primeiro lugar introduzir na sociedade princípios, leis, que ajudem a não introduzir o critério da discriminação que é a mãe da desigualdade. Se as leis e as normas atribuírem direitos a uns e não a outros, como por exemplo, o direito a associarem-se, ou mesmo o direito a ter acesso a certos bens fundamentais para a existência, como os de alimentação, saúde e educação, essas leis estarão a contribuir para o fosso social.

Na Angola de Hoje esta questão não é visível na constituição, como foi no passado, mas por exemplo ainda é clara na Lei do Orçamento Geral do Estado e na recente Lei de Terras. Mais que nas Leis podemos ver isso em certos critérios escritos como, por exemplo, em despachos, em normas ou em outras determinações mais escondidas da opinião pública.

A justiça social, implica também a existência de práticas não discriminatórias na direcção da sociedade por parte do Estado. Se o Estado, os seus agentes quando investidos desse poder, os organismos institucionalizados, como os Bancos, facilitarem a vida a uns (atribuição de terras, créditos, bolsas de estudo, dotação de infra-estruturas localizadas, provisão de médicos e advogados, etc.) e dificultarem a de outros não encarando todas as pessoas como cidadãs estamos perante casos de injustiça social. E isto é ainda muito habitual, banal mesmo, na Angola de Hoje que criou por essa via

³ MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola (Partido no Poder em Angola).

grandes desigualdades sociais.

Por isso na Angola de Hoje está já colocado um problema que é a desigualdade social, não só em termos de acesso à alimentação, à educação e à saúde, mas igualmente ao lazer, a possibilidade de associação, a capacidade de intervenção na vida social, a possibilidade de extravasar a sua personalidade.

o esforço da justiça social hoje é imprimir todo um conjunto de medidas - por exemplo - o programa de redução da pobreza e a possibilidade de no bairro o cidadão eleger o seu coordenador - que visem corrigir esta situação como pôr escolas onde são necessárias, abrir empregos extensivos por forma a aumentar o rendimento da população com salários adequados a suprir as necessidades básicas, pôr centros de saúde perto das populações com médicos e enfermeiros, investir em circuitos de distribuição da produção camponesa, dar créditos as pessoas simples e trabalhadoras sem ver origem política, pôr advogados nos municípios e juizes capazes de julgar os casos que surgem, enfim, não continuar a tomar medidas que apenas têm aumentado o fosso social_ pois o que tem acontecido é que de ano a ano aumenta a riqueza dum grupo minoritário, enquanto aumenta o número de populações muito pobres e vulneráveis.

Precisamos de fechar o ciclo de empobrecimento, aumentando os factores de equidade, de equilíbrio social, evitando assim a exclusão social, fenómeno hoje patente no país, que implica não só a falta daquilo que é essencial a existência física de milhões de cidadãos, mas igualmente o usufruto de direitos, pois para além da discriminação propositada o facto de um indivíduo ser pobre e miserável o exclui praticamente da participação da vida social.

B. Aspectos para o Desenvolvimento.

A dimensão da justiça social engloba o usufruto de vários direitos, os chamados direitos civis, económicos e sociais.

- ◆ Na sua vertente internacional o Jubileu detectou duas situações de profunda injustiça social:
 - As relações financeiras que provocaram uma dívida de tal forma que os países do terceiro mundo, produzem para pagar ao primeiro mundo.
 - As relações comerciais injustas, onde os termos de troca se degradam, desfavoravelmente para o sul.

Os remédios são, dentro do espírito do Jubileu!: o cancelamento das dívidas do terceiro mundo e o estabelecimento do comércio sem as barreiras criadas pelos países desenvolvidos.

Mas se exigimos esta justiça à nível das relações internacionais temos que começar com a Justiça na nossa própria casa, daí as posições que no plano interno vimos defendendo.

- ◆ A justiça social hoje em Angola é duma importância fundamental como forma de consolidação da Paz. A justiça social é uma componente inerente à Paz e se ela não for prática, pode tornar-se o elemento perturbador da própria paz (explicar o exemplo do desarmamento em Malange).
- ◆ A discriminação no género, por exemplo nos empregos, ou as práticas de aliciamento sexual para aquisição de empréstimo, ou as práticas das pessoas darem dinheiro - até em empresas petrolíferas - para adquirirem um emprego, também o mesmo para estudarem ou adquirirem uma bolsa, são aspectos importantes de injustiça social.
- ◆ O tema da justiça social está relacionado com a questão histórica de o desenvolvimento da sociedade gerar práticas injustas e o estado ter de intervir como pessoa de bem para criar este equilíbrio. Daí o papel proeminente do Estado. Se o Estado degenera, como é o nosso caso, a situação complica-se e os maus cidadãos copiam então do próprio estado (ou dos seus agentes) estas práticas, convencidas que estão protegidos.

C. Contribuição da LiJuA para as conclusões do Debate.

Na Angola de Hoje é clara a existência duma situação de profunda injustiça social nos mais variados domínios que atinge desde a barriga dos cidadãos aos diversos acessos a que ele tem direito e a sua participação na sociedade. As correcções dessa situação passam por:

- Aumentar os níveis de cidadania.
- Moralizar o estado e a sociedade. Acabar com a prática estatal de dois pesos duas medidas
- Promover uma assistência social para minimizar os males resultantes da guerra. . Estabelecer um programa consequente de combate a pobreza que

- passa pelo fim da destruição de casas e perseguição dos pobres vendedores
- Enfim, que haja uma tomada de consciência da sociedade que deve pressionar por essas medidas para evitarmos o ressurgimento de grandes conflitos na base da insatisfação, ou seja, da injustiça social reinante.

IV. RECOLHA DE ASSINATURAS.

A Liga Jubileu 2000 Angola e algumas das suas organizações parceiras nomeadamente Rede Mulher⁴, AKM⁵, ANGOAVI⁶, Coligação RTC⁷ e ASBC⁸ participaram na campanha de recolha de assinaturas.

Foram recolhidas 112 assinaturas nas cidades de Benguela, Cabinda, Huambo e Lubango. O número de 112 é bastante significativo num país onde ainda persiste o medo da perseguição política para aqueles que pensam de forma diferente ao do partido no poder.

Prevê-se a entrega das cópias das respectivas assinaturas ao Ministro angolano do Comércio no mês de Julho do corrente ano ficando aguardando pela marcação da audiência solicitada pela LiJuA.

V. DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGANDA A FAVOR DA CAMPANHA.

No âmbito da campanha, foram confeccionados 500 camisolas, 500 bonés com as seguintes mensagens: “Comércio para o Povo e Não Povo para o Comércio”; “Basta de Dívida, Basta de Pobreza”. As respectivas camisolas e os respectivos bonés levavam também o logotipo da Liga Jubileu 2000 Angola.

Este material foi distribuído tanto na altura da realização das palestras bem como nas escolas e centros culturais. (Vidé fotografias em anexo).

VI. PERSPECTIVAS.

Face ao êxito desta campanha num país onde não há tradição este tipo de manifestação e participação e face à adesão associado ao interesse manifestado por várias entidades colectivas e singulares em participarem na campanha, a Liga Jubileu 2000 Angola decidiu prorrogar a campanha e desta vez no âmbito das campanhas de lobbying e dos preparativos de participação nas acções paralelas ao Encontro Ministerial de Hong Kong do próximo mês de Dezembro. Neste sentido já agendamos a realização de várias actividades a nível das províncias.

⁴ Rede Mulher: Rede de Organizações que trabalham na área da promoção da mulher em Angola.

⁵ AKM: Associação Kassules de Maculusso.

⁶ ANGOAVI: Associação de Apoio às Viúvas.

⁷ Coligação RTC (Reconciliação, Transparência e Cidadania): Coligação de OSCs que trabalham na área da transparência e luta contra a corrupção.

⁸ ASBC: Associação “Samuel Brace Colis”.

VII. ANEXOS

7.1 ABREVIACÕES E SIGLAS.

AKM	- Associação dos Kassules de Maculusso
AMC	- Ampla Movimento do Cidadão
ANGOAVI	- Associação Angolana de Apoio às Viúvas
ASBC	- Associação Samuel Brace Colis
COGERAL	-
CS	-
CUNCED	-
EDEL	- Empresa de Distribuição de Energia de Luanda
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GATT	-
IFEPPA	-
MAPESS	- Ministério de Administração Pública e Segurança Social
MIFAMU	- Ministério da Família e da Mulher
MINARS	- Ministério de Assistência e Reinserção Social
MPLA	- Movimento Popular de Libertação de Angola
OGSTADA	-
OMC	- Organização Mundial de Comércio
ONG	- Organização Não Governamental
OSCs	- Organizações da Sociedade Civil
RTC	- Coligação “Reconciliação, Transparência e Cidadania”
UNITA	- União para Independência Total de Angola

VII. ANEXOS.

7.2 PROGRAMA PARA A CAMPANHA DO COMÉRCIO JUSTO E DA SEMANA MUNDIAL DE ACÇÃO.

N.º	ACTIVIDADE	LOCAL	PROVÍNCIA	RESPONSÁVEL	COLABORADOR(ES)	PARTICIPANTES	DATA
1.	Conferência de Imprensa		- Luanda	BAC	JJG		12/04/05
2.	Resultados dos Inquéritos s/Corrupção	- Lubango	- Huíla	KLK			12/04/05
3.	Palestra sobre a Justiça no Comércio	- AKM	- Luanda/Maculusso	Sebastiana Martins	- JBL - Rede Mulher - BAC	- Jovens desempregados - Vendedores ambulantes - Kinguilas	14/04/05
4.	Programa radiofónico “Em linhas pode-se coser a justiça social em Angola de hoje”	- Rádio Ecclésia	- Luanda	BAC		- João Pinto	16/04/05
5.	Palestra sobre o Comércio Justo.	Km 9 – Viana	- Luanda	AMC	BAC	- Jovens - Mulheres - Pastores	16/04/05
6.	Workshop sobre “a Semana global de Acção e a Justiça no Comércio”	Município da Samba	- Luanda	Benjamim Faustino M. (ANGOAVI ⁹)		- Membros e convidados	16/04/05
7.	Programa radiofónico	- RNA	- Luanda	BAC	- Eduardo Magalhães		18/04/05
8.	Resultados dos Inquéritos s/Corrupção	- Cabinda	- Huíla	KLK			12/04/05
9.	Programa radiofónico semanal (1 hora).	- Rádio Ecclésia	- Luanda	BAC	- FVL - JJG	- Vários convidados de acordo com o sub-tema do dia	Início na terceira semana de Abril Por um período de 1 mês.
10.	Audiência	- Palácio dos Congressos	- Luanda	JJG	Leonardo Livongue	- Deputados, membros da Comissão que trata do Comércio	Por indicar
11.	Audiência	- MINCO	- Luanda	BAC		- Ministro do Comércio	Por indicar
12.	Feira de Pequenos Produtores locais		- Luanda	BAC			Fim/Abril ou Princípio/Maio
13.	Feira de Pequenos Produtores locais	- Lubango	- Huíla	Lindita	- Rede Mulher - AMEH ¹⁰		Fim/Abril ou Princípio/Maio

⁹ ANGOAVI – Associação Angolana de Apoio às Viúvas.

¹⁰ AMEH – Associação de Mulheres Empresariais da Huíla.

7.3 CONTACTOS.

Pessoas de contacto: **Benjamim A. Castello**
Presidente da Direcção Executiva

Bibiana N. Perreira
Gerente de Escritório

Endereço físico: **Avenida Cmdte Valódia n.º 64 - 1 - 12**
Bairro Patrice Lumumba
Município das Ingombotas
Luanda - Angola

Endereço postal: **C.P. 2052**
Luanda
Angola

Telefone: **+244 222 45 58 37/446 609**

Fax: **+244 222 331 611**

E-mail: **jubileu2000.ang@angonet.org**
lijua-sec@angonet.org

Website: **www.jubileuangola.org**



PALESTRA NO CENTRO ESCOLAR DA ASBC NO BAIRRO KM-9 EM VIANA



PALESTRA NO CENTRO ESCOLAR DA ASBC NO BAIRRO KM-9 EM VIANA